

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem deve ter sido antes farmacologista que fazendeiro (P. Silva, *Farmacologia*, p. 193)

Ao terminarmos esta jornada, talvez fiquemos com mais perguntas sem respostas e lacunas abertas, ao invés de certezas e fatos precisos. A riqueza da receita jesuítica setecentista analisada neste trabalho trouxe à tona muitos pontos relevantes, comentados a seguir.

Primeiramente, o recorte metodológico feito na pesquisa prezou pelo detalhamento dos simples de origem vegetal empregados na receita e seus modos de preparo. Foram consideradas as vinte e uma raízes, as sete sementes, os quatro extratos e mais oito plantas distribuídas entre cascas, pós, cipós e flores. Não foram consideradas as “gomas” e outros ingredientes comuns de triagas antigas, tais como incenso, mirra, terebintina, mel etc., além dos óleos e sais químicos, que eram acrescentados à *Triaga Brasílica* para constituir o que era denominado, segundo a transcrição de Serafim Leite, *Triaga Brasília Reformada*. Tais ingredientes já eram conhecidos desde o mundo antigo, e foram apenas comentados superficialmente na última parte do Capítulo 3 a fim de que o leitor pudesse ter uma visão geral de todos os ingredientes, embora as plantas tenham merecido a atenção principal. Sabemos, entretanto, que esta lacuna de pesquisa abre novos campos para estudos futuros, voltados ao âmbito da farmácia ou da química, ou ambos.

Alguns dos simples vegetais são citados em mais de uma divisão da receita. A pindaíba, por exemplo, aparece entre as sementes, os extratos, os óleos e os sais químicos. Apesar do largo emprego na *Triaga*, é curioso notar que este simples não representa, na literatura consultada, uma planta cujas propriedades medicinais sejam atualmente exploradas popularmente de forma ampla. Na verdade, sua ocorrência espontânea, inclusive, parece ter sofrido alterações nos últimos anos e hoje é muito pouco vista nos seus *habitats* originais. Podemos imaginar que a pindaíba, à época da utilização da receita, além de ser uma planta comum nas matas brasileiras, fosse também terapeuticamente indicada para muitas enfermidades. De forma análoga, a canela é citada entre as cascas, óleos e sais químicos. Não sabemos, entre-

tanto, se a canela dos óleos e sais químicos é a mesma canela-da-índia citada entre as cascas. A discussão das várias canelas feita no capítulo 3 deixa dúvidas que a própria receita não soluciona. A angélica figura entre as cascas e entre os extratos, atestando, talvez, sua importância como um simples de renome utilizado em triagas antigas, famosa por sua ação anti-helmíntica e alexifármaca.

Independentemente do modo como os extratos eram obtidos das raízes, verifica-se a importância do sistema radicular vegetal como fornecedor de substâncias medicinais. Comentamos a relevância da raiz como estrutura morfo-fisiológica em várias famílias de plantas, não somente a nível alimentar, mas também a nível medicinal. De fato, das quarenta plantas citadas em sementes, raízes e extratos, excetuando-se os sais e os óleos, vinte e uma são incluídas entre raízes.

Um fato curioso presente na transcrição da receita feita por Serafim Leite é a discordância gráfica dos nomes das plantas. Não pudemos inferir acertadamente se tal fato ocorre devido a erros na publicação da obra de Serafim Leite, ou se as alterações ocorrem de fato no manuscrito por ele transcrito. Seguem-se alguns exemplos, comentados no Capítulo 3 e no Apêndice II. Na lista dos ingredientes, aparece o nome “jerubeda”, porém este mesmo simples é referido, posteriormente, como “jerobeba”. A pesquisa taxonômica não apontou para nenhuma planta denominada “jerubeda”, mas os caminhos de identificação foram sendo discutidos à medida que sugestões apareciam sob o nome “jerobeba”. Analogamente, o simples “nhambuz”, apresentado na lista dos ingredientes, aparece na *Notícia breve dos lugares...* como “neambus”. A canela é escrita ora como “canella”, ora como “canela”. A erva “cáacica”, também denominada erva de sangue, é citada separadamente na *Notícia breve dos lugares...* como erva “caacicá” e “erva do sangue”, apesar de, obviamente, serem remetidas ao mesmo local (Colégio da Bahia). Os dois “tipos” de ipecacuanha, a branca e a negra, são mencionadas na *Notícia breve dos lugares...* como “pecacoanha”.

A identificação botânica não se mostrou eficiente em todos os simples da *Triaga*. Na verdade, observou-se que, em vários casos, há uma vastidão de gêneros e espécies que se mostram sinônimas, muitas vezes oriundos de famílias botânicas igualmente variadas. As variações regionais de linguagem, as diferentes línguas indígenas do Brasil e a continentalidade do país originam obstáculos de cunho étnico, geográfico e etimológico. Orelha-de-onça, pagimirioba, jurubeba e mil-homens, por exemplo, são discutidas no último capítulo como podendo representar plantas de

difícil identificação atual. Em outros casos, as indicações taxonômicas são imprecisas e duvidosas, como o que ocorreu com a planta referida na receita sob o nome de ibiraé. Um dos caminhos para se tentar chegar a uma identificação moderna forçou a pesquisa etimológica da palavra, embora não se tenha certeza alguma se tais rotas levaram a sugestões convincentes. Esta planta poderá ter desaparecido da flora brasileira? Poderá ter sido posteriormente citada sob outros nomes? Tais perguntas talvez fiquem sem resposta, ou fomentem trabalhos futuros de pesquisa.

Na *Notícia breve dos lugares...*, nem todos os simples citados na *Triaga* têm seus respectivos locais mencionados. Alguns não têm qualquer indicação, como é o caso dos cominhos, da salsa da horta, da noz moscada e do açafreão. Infere-se que tais plantas tenham origem européia ou tenham sido empregadas em receitas antigas, como também é o caso do ácoro, da aristolóquia redonda, da junça, do malvaíscio e do aipo, vindos de Portugal (embora o aipo pudesse ser encontrado também na Bahia, revelando, provavelmente, seu cultivo no Brasil).

Na *Notícia do Antidoto ou nova Triaga Brasilica que se faz no Collegio da Companhia de Jesus da Bahia*, a receita é definida como um antidoto ou panacéia composta semelhante às triagas de Roma e de Veneza, “[...] de varias plantas, rai- zes, ervas e drogas **do Brasil**, que a natureza dotou de tão excellentes virtudes, que cada huma por si só pode servir em lugar da Triaga de Europa [...]”<sup>1</sup>. Não podemos tomar esta descrição como verdade absoluta. Muitas plantas eram de fato nativas do Brasil, como o jaborandi, a ipecacuanha, a orelha-de-onça, o cravo-do-maranhão, a pindaíba e o urucum. Como discutimos anteriormente, entretanto, vimos que algumas não eram nativas do Brasil, como o ácoro, o açafreão, a aristolóquia redonda etc. Se considerarmos a *Triaga Brasilica Reformada*, com os sais e óleos químicos, a quantidade de ingredientes não brasileiros aumentaria consideravelmente, não justificando, então, a citação grifada acima.

O autor da receita parece querer enobrecer, de certa forma, as qualidades medicinais das plantas brasileiras. Afirma que “[...] com algumas das raizes, de que se compoem este Antidoto, se curão nos Brazis de qualquer peçonha e mordedura de animais venenosos [...] só com mastigá-llas”. Não há como comprovar se de fato tais simples possuíam propriedades praticamente miraculosas. A ênfase na eficácia do composto parece ser, até certo ponto, exagerada. A *Triaga* é considerada “efficacissima contra **todo** o veneno [...]” e também serve “contra **qualquer** bebida de ve-

nenho [...] e para mordeduras de **qualquer** qualidade de cobras e outros animais peçonhentos [...]”<sup>2</sup>.

A *Triaga* também é mencionada como tendo grande eficácia: “e a experiencia tem mostrado há tantos annos para cá que, se não hé melhor que a *Triaga* da Europa, ao menos não lhe é inferior em coisa alguma”. Sua eficácia parece ter encontrado respaldo nos meios acadêmicos, pois se lê na *Notícia do Antidoto...* que “[...] muitos Professores da Medicina só uzavão desta, por ser a que nas occasioens lhe obrava mais promptamente”. Poderíamos questionar quais propriedades terapêuticas secretas a receita realmente detinha. Fizemos, quando possível, um levantamento dos princípios ativos e de tais propriedades dos simples analisados à luz da ciência atual, mesclada a informações de naturalistas dos séculos XVIII e XIX. Não sabemos, entretanto, como a interação de tais compostos conferia à *Triaga* o título de “panacéia miraculosa”, de ação rápida e eficiente.

Não se pode afirmar que os jesuítas estabelecidos no Brasil atinham-se à teoria humoralista, em voga na Europa à sua época. Abre-se, aqui, um questionamento para novos estudos: até que ponto os jesuítas aceitaram o sistema de cura dos índios, ou simplesmente adotaram suas plantas medicinais e tentaram, de certa forma, encaixá-las no sistema galênico<sup>3</sup>?

Ao estudarmos a receita, uma questão mostrou-se pertinente: por que os jesuítas utilizaram tantas plantas nativas brasileiras para a confecção da *Triaga*? Vimos que o envio de simples da Europa e de outra partes do mundo esbarrava em alguns obstáculos. O primeiro deles era a distância da Metrópole e as longas viagens de navio, o que favorecia a putrefação dos produtos. O outro eram as doenças tipicamente tropicais, desconhecidas dos europeus e para as quais a medicina praticada no Velho Mundo talvez não tivesse eficácia. Além do mais, devemos considerar a opinião de muitos pesquisadores contemporâneos ao defendem a idéia de que, no emprego das ervas para a confecção de remédios, uma regra que vale, em geral, é a de que se deve empregar as plantas nativas, porque são muito melhores que as

<sup>1</sup> Vide Apêndice II deste trabalho (grifo nosso).

<sup>2</sup> Vide Apêndice II deste trabalho (grifo nosso).

<sup>3</sup> A este respeito, M. L. L. Rodrigues, “Guilherme Piso e o conhecimento da flora medicinal brasileira no século XVII (1638-1644)”, p. 82, escreve: “com relação ao uso terapêutico da flora brasileira, Piso afirma que os índios administravam medicamentos de qualidade quente para curar doenças de qualidade fria. Este aspecto nos sugere que, apesar de estar em contato direto com uma **forma de curar que lhe era desconhecida**, Piso não se preocupou em compreender os princípios que estavam por trás da prática terapêutica dos índios brasileiros. Parece-nos que ele identificou essa forma

exóticas, já que as primeiras são mais ativas. O fato é que se acredita ocorrerem variações a nível de produção de compostos medicinais, tais como óleos, princípios ativos, essências etc., em plantas submetidas a condições climáticas, edáficas e geográficas diferentes das condições originais<sup>4</sup>.

Podemos inferir, entretanto, que a natureza exuberante — porém hostil e desconhecida — das Novas Terras deve ter levado os primeiros povoadores e missionários a se valerem dos recursos dessa mesma natureza para combater doenças, curar ferimentos e neutralizar picadas de insetos e a mordedura de dezenas de espécies de animais peçonhentos. O processo de reconhecimento do continente americano e de defesa contra a agressividade do ambiente e a hostilidade de algumas tribos indígenas deve ter sido paulatino e possivelmente apresentou uma alternativa viável da qual os europeus não se podiam esquivar: contornar a adversidade com amabilidade. Neste sentido, levaram vantagem os padres jesuítas. Do contato diário com os nativos, gradativamente o saber acerca da infinidade de plantas medicinais brasileiras foi sendo incorporado às boticas dos colégios.

Apesar de não ser um ofício diretamente relacionado aos jesuítas, a prática da medicina e da confecção de remédios tornou-se comum entre os membros da Companhia. De fato, vimos que muitos deles tornaram-se habilidosos boticários, e as receitas das boticas jesuíticas, muitas vezes secretas, gozavam de grande prestígio. Como se inserem os jesuítas nesta perspectiva? Sabemos que a filosofia mantida por Portugal na colônia brasileira dificultou a criação de ensino superior no Brasil, uma vez que este era considerado uma ameaça à dependência da Metrópole. A vinda espontânea de médicos para a colônia não era empreendimento atrativo. Os médicos restringiam-se, então, a uns poucos brasileiros, formados na Europa, e a raros europeus que aqui vinham exercer a sua profissão. Talvez a necessidade cotidiana,

---

de curar no modelo aceito por uma parte dos estudiosos, adeptos da **teoria humoralista de Galeno**" (grifo nosso).

<sup>4</sup> F. C. Hoehne, *Flora Brasílica*, vol. XV, II, p. 15. O autor menciona literalmente "[...] deve-se empregar as plantas nativas porque têm efeitos melhores que as 'importadas' [...]". A palavra *importadas*, no contexto em que Hoehne escreve, refere-se a plantas exóticas ou alóctones, em contrapartida às plantas nativas ou autóctones. Cf. M. R. Furlan, *Cultivo de plantas medicinais*; C. Correia Jr., *Cultivo de plantas medicinais e aromáticas*; M. P. Corrêa, *Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas*. Vários exemplos da literatura especializada em fisiologia vegetal poderiam ser citados aqui: a babosa (*Aloe vera* L.) diminui o teor de aloína, seu princípio ativo, quando as temperaturas são muito baixas; a estévia (*Stevia rebaudiana* Bert.) reage rapidamente à ação da luminosidade, produzindo mais esteviosídeos quando a luz solar é exposta à planta por mais de 10 horas diárias; o alecrim (*Rosmarinus officinalis* L.), quando em solo muito úmido, reduz a quantidade de óleo essencial (M. E. S. Cruz, "Influência de fatores climáticos no teor de óleo essencial de plantas medicinais", in *Jornada Catarinense de Plantas Medicinais, Anais*).

as pressões sociais e um talento natural às ciências, aliados a um comportamento prático, tenham favorecido os jesuítas como referências à farmácia e à medicina no Brasil colonial, embora tais ofícios não fossem a prioridade dos jesuítas no Brasil<sup>5</sup>.

Um outro aspecto que se mostrou interessante foi a data encontrada no manuscrito transcrito de Serafim Leite. O ano que consta da página de rosto é 1766. Os jesuítas, porém, foram expulsos do Brasil em 1759, por ordem do Marquês de Pombal. Parece haver, à primeira vista, uma disparidade de datas entre a saída dos jesuítas e o ano de confecção da *Triaga*. Como discutimos, porém, em nota no Apêndice II, parece-nos óbvio imaginar que a *Triaga Brasileira* tenha sido utilizada muito anteriormente ao ano de 1766, devido, entre outras coisas, à menção do padre André da Costa, falecido em 1712, e que fazia uso dos óleos e sais químicos na *Triaga Brasileira Reformada*. A aparente disparidade entre 1766 e 1759 pode ter sido consequência da escolha de uma data posterior à saída dos jesuítas do Brasil.

O estudo concluído neste trabalho pretende ser apenas o primeiro de tantos outros que possam surgir. A análise superficial das propriedades químicas dos compostos vegetais da *Triaga* pode sugerir novos estudos, no âmbito da farmácia, da química, da botânica taxonômica, entre outros.

A *Triaga* era, então, uma verdadeira panacéia? Parece-nos óbvio imaginá-la desta forma, dada a variedade de doenças e enfermidades para as quais ela era considerada eficaz. Se realmente todos estes males eram curados com o emprego do composto, não o sabemos, e não cabe neste trabalho discutir esta questão. Sua beleza e importância histórica residem justamente no fato de ser uma receita complexa, que fazia uso de plantas medicinais comprovadamente nativas do Brasil, associadas a outros simples e drogas de origem européia, asiática e africana, de pronto uso.

A *Triaga Brasileira*, apesar de bicentenária, continua, talvez, atualíssima. E por que não dizer instigante? Seu estudo une ciências do presente e do passado. Resgata, de certa forma, um saber brasileiro — milenar? — fundido ao conhecimento dos padres jesuítas, transmutados em receita secreta e verdadeira panacéia.

---

<sup>5</sup> Basta lembrar que, em 1799, atuavam no Brasil apenas doze médicos; cf. M. H. M. Ferraz, "A Química Médica", p. 696.